

A INTERCULTURALIDADE DIANTE DA EDUCAÇÃO PARA UM POSSÍVEL PARADIGMA EMERGENTE EDUCACIONAL¹

Thaís da Silva Mendonça; Aneska Silva de Oliveira; Mariane Portal da Costa

Mestranda do PPGED; Mestranda do PPGED; Mestranda do PPGED.

Universidade do Estado do Pará (smendonca.thais@gmail.com; ane_slv@hotmail.com; marianeportal@outlook.com).

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma indagação epistemológica oriunda da disciplina obrigatória de Epistemologia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Por termos nos encontrado enquanto pesquisadoras qualitativas, optamos por utilizá-la na metodologia deste trabalho. Esta pesquisa bibliográfica exploratória possui como questão central a interculturalidade diante da perspectiva da educação, sendo possível estabelecer na potencialidade de criação e mudança do sujeito, proporcionando a formação de uma autonomia coletiva. Para tanto, a educação precisa quebrar alguns imaginários instituídos e que influenciam em significações excludentes para um possível paradigma emergente educacional. E especificamente visamos contribuir para a discussão da interculturalidade e do paradigma emergente em um contexto educacional. Para embasar nosso trabalho nos fundamentamos em autores como Candau (2008), Castoriadis (1982), McLaren (1997), Moraes (1997), Oliveira (2008), Oliveira (2011), Oliveira (2015).

Palavras-Chave: Interculturalidade. Paradigma Emergente Educacional. Educação.

PALAVRAS INICIAIS

A pretensão de realizar o presente estudo se deu inicialmente pela ampla discussão sobre as múltiplas facetas que a história do conhecimento possui, mas isso só foi possível quando nos vimos diante de inúmeros caminhos que este pode tomar no desenrolar de sua construção. Percepção que tivemos graças à disciplina de Epistemologia e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, por coincidentemente versar sobre o que acreditamos e no nosso cotidiano acadêmico estarmos construindo quase que instantaneamente a vontade de relacionar os dois assuntos, estudar e pesquisar sobre a interculturalidade diante da perspectiva da educação para um possível paradigma emergente educacional. Para embasar nosso trabalho nos fundamentamos autores como Candau (2008), Castoriadis (1982), McLaren (1997), Moraes (1997), Oliveira (2008), Oliveira (2011), Oliveira (2015).

O silenciamento e a marginalização de sujeitos que não são enquadrados dentro de um padrão de “normalidade” são práticas históricas em decorrência da própria construção da sociedade brasileira. É de vasto conhecimento que a formação do país quanto nação se deu embasada em normativas européias. A era moderna nos traz a facilidade de crescer intelectualmente ao passo que a oferta de novos conhecimentos jorra aos olhos de quem busca e, assim, somos obrigados diariamente a lidar com a banalização do outro. Em que práticas nocivas de discriminação de todos

¹ O trabalho originou-se após a socialização dos diversos temas e autores durante a disciplina Epistemologia e Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

os tipos são facilmente realizadas e poucas vezes penalizadas. Então, além da desconstrução dessa mentalidade que hierarquiza os sujeitos, temos outro desafio: o de combater tais práticas.

PARA COMEÇAR, VAMOS MULTICULTURALIZAR E INTERCULTURALIZAR

Com essa facilidade de angariar informações anteriormente citada, através de uma breve pesquisa nos sites de buscas, pode-se facilmente constatar que é crescente a discussão em torno da relação entre diferenças e educação. É perceptível que esse debate, cuja origem, segundo Candau (2008) está na militância e nas lutas dos movimentos sociais de grupos de sujeitos historicamente excluídos e silenciados e vem sendo importante tanto para o meio acadêmico quanto para o social.

Para isso, surgiu no final do século XX o debate sobre o multiculturalismo, de acordo com Oliveira (2011), em que a educação passou a ser conduzida para o debate da diversidade cultural e das diferenças. Em uma visão superficial, pode-se entendê-lo como a existência de diversas culturas em um mesmo contexto, por isso é importante citar que ao “abordar o multiculturalismo significa falar sobre os mecanismos de produção das diferenças que se constrói socialmente nos processos interligados nos diferentes contextos. É lutar contra o estigma, o estereótipo, o preconceito” (OLIVEIRA, 2008, p. 53).

O multiculturalismo possui uma considerável gama de conceituações e significados, em uma tentativa frustrada de conceitualização, pois possui uma polissemia, segundo Candau (2008), de termos e de abordagens. Em decorrência disso é preciso que haja cautela na fixação de um conceito acerca da temática discutida. Segundo esta mesma autora, somada à Oliveira (2015) e McLaren (1997) existem mais de um multiculturalismo, mas aqui não iremos discorrer sobre eles e sim, apenas abordar inicialmente a questão da interculturalidade que é uma concepção deste.

É de suma relevância diferenciá-los. A interculturalidade consiste em ir além da percepção da diversidade, esta deve ser exaltada através de um diálogo entre a cultura hegemônica e as demais e também de uma troca e um enriquecimento mútuo entre todas. Possuindo uma abrangência no que tange às categorias em que atinge, a interculturalidade trata de algumas questões que abordam a opressão e subalternação, a invisibilidade, marginalização e o silenciamento históricos, mas se não possuir um grau elevado de criticidade acaba por manter as relações de dominações vigentes. De acordo com Candau (2008), sua característica básica é a intencionalidade dos grupos em se inter-relacionam, em decorrência disso, escolhemos para nortear este trabalho.

Partindo do pensamento de Oliveira (2015) ela possui duas dimensões, a primeira denominada de epistemológica que discute a questão da diversidade, da diferença, da igualdade, dos

saberes e das verdades e a segunda ético-política que vem dialogar sobre um “projeto político de transformação social, com vista ao processo de humanização e libertação dos seres humanos” (p. 67). Ela focaliza a transformação social, almejando a libertação dos sujeitos explorados, discriminados, excluídos e oprimidos como também a humanização de quem realiza essas práticas. É a oferta da construção de uma nova sociedade, cuja base seja democrática, igualitária, plural e humana. Que todos os sujeitos que nela vivem se transformem concomitantemente.

Logo,

se o processo educacional é um sistema aberto, vivo, podemos inferir que tanto o planejamento quanto a prática pedagógica, para estar de acordo com a nova visão de mundo pós-moderna, necessitam incluir o movimento, que pode ser compreendido como forma de expressão dos processos de interação e reflexão. (MORAES, p. 149).

Para tanto, é fundamental atentarmos para o conceito de autonomia, fundamental na possibilidade de gerir a vida e suas escolhas e constituir a liberdade no meio educacional. Para Castoriadis (1982) a liberdade individual precisa assumir a sobreposição do consciente sobre o inconsciente, ou seja, ela necessita de força para se firmar e só poderá ser alcançada através de uma liberdade coletiva. Neste sentido, o ser humano tem o papel de promover autonomia ao mesmo tempo em que conquista a sua própria liberdade, pois apenas uma sociedade autônoma pode ser formadora de autonomia, sendo alcançada, sobretudo, por intermédio da educação.

SER AUTÔNOMO E SIMBÓLICO NA CONSTRUÇÃO DO EXISTIR

Castoriadis destaca a sociedade como quem inventa e defini para si mesmo tanto novas maneiras de responder as suas necessidades, como novas necessidades. Isto ocorre através de instituições simbólicas e imaginárias presentes na constituição do indivíduo e da coletividade. Portanto, o simbólico pode ser entendido como símbolos ligados a significados e tem seu papel na vida social, para Castoriadis (1982) “nada permite determinar as fronteiras do simbólico. Este não pode ser neutro, nem totalmente adequado, pois não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar qualquer signo”, isto é, o simbólico não é independente e arbitrário sendo por si algo constituído individualmente e apenas por signos atuais.

O imaginário por sua vez é descrito por Castoriadis (1982) no trecho

falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa “inventada” – quer se trate de uma invenção “absoluta” (“uma história imaginada em todas as suas partes”), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não são significações “normais” ou “canônicas” (“o que você está imaginando”, diz a mulher ao homem que recrimina um sorriso trocado por ela com um terceiro). (p.154)

Cabe aqui destacar a relação mantida entre o simbólico e o imaginário, nesta o imaginário deve se utilizar do simbólico para existir, como afirma Castoriadis (1982) “O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de “imagens”, mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa; possuem, portanto, uma função simbólica”.

As ações humanas se fazem concretas através de símbolos e precisam destes para gerir um comportamento real, influenciado pelo imaginário individual e coletivo. Assim sendo, caracteriza-se de fundamental importância para o comportamento educacional questionar o conhecimento imaginário instituído pela sociedade atual, trazendo com este as instituições passadas e quais os símbolos que o influenciam, notando, desta forma, probabilidades de mudança de imaginários sociais cristalizados e focados apenas em impossibilidades humanas.

Para tanto, esse contexto

exige um conhecimento voltado para o processo de humanização, o que requer novos referenciais, novas perspectivas, que exige como tarefa primeira, o rompimento com o dualismo entre ciências humanas e ciências naturais. Uma nova configuração de paradigma exige que se repense as relações sociais, onde as pessoas se reconheçam enquanto coletivo, pois ninguém evolui sozinho, desligado do mundo, apartado dos outros [...], há de se pensar em relações sustentáveis envolvendo todas as formas de vida do planeta na ciência e que dialogue com todas as áreas do saber, que supere o pensar e o agir de forma fragmentada, que valorize novos saberes, novas formas de produzir conhecimento. (MORAES, 1997, p. 161).

Castoriadis destacou a descoberta de si mesmo e do mundo como aspecto essencial no processo educativo, desta forma, o indivíduo tem como essência sua capacidade de criação, pois quando se descobre no mundo cria novas formas de agir sobre ele, o que congrega com o processo de humanização evidenciado por Moraes.

Para Oliveira (2009), “o sujeito da educação é autônomo, e se faz com o outro na própria ação educativa, ou seja, no processo do seu saber fazer pedagógico. Na relação pedagógica o educador e o educando não se constituem em objeto, mas sujeito do seu conhecimento e de sua história”. Assim, na educação, é necessária a autonomia do sujeito para que esta se constitua como tal.

Muitas de nossas ações são consequências de imaginários por vezes não simbolizados e compreendidos. Este fato constrói significações que relacionadas à educação dificultam trabalhos tanto para instituição escola, como para o professor, aluno e a sociedade. Neste meio, a autonomia é facilitada através da compreensão deste processo e na busca de conhecimentos relacionados a este imaginário. Este, ao ser problematizado em direção do sujeito que conhece, estabelece probabilidades reais e racionais de liberdade neste ato de conhecer.

CAMINHOS CONSTANTES

Por isso fica evidente que a partir do olhar epistemológico por um paradigma emergente educacional proposto por Moraes, o movimento de ruptura e mudanças fica mais acessível ao ensino, haja vista que novos caminhos são estabelecidos constantemente e, por isso, a necessidade do paradigma que congrega o *eu* e o *outro* em diálogo com o ensino aprendizagem, pautado na missão da escola com foco na mudança, visando o aprendiz, sujeito de saberes.

Precisamos ter consciência que nossas escolhas nos fazem humano, o fato de agirmos apenas por nossa natureza que nos faz comer e dormir, por exemplo, não ajuda no sentimento de completude e auto realização. Para esta conscientização, é necessário conhecer o que foi simbolizado e que não deixa que ocorra a mudança de algumas questões imaginárias como a de incapacidade de uns e capacidade de outros, direito de uns e *não direito* de outros.

Através disto, constata-se que a educação precisa da autonomia coletiva para construir a autonomia individual, ou seja, cada sujeito tem o papel de ajudar na autonomia de todos no grupo escolar, para assim adquirir sua própria autonomia e alcançar seu potencial de criação, de conhecimento e de liberdade na interculturalidade e, com isso, fomentando um possível paradigma educacional.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria (orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTORIADIS, C. Cap. III: A instituição e o imaginário: primeira abordagem. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (p.139 a 197).

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo e a crítica pós-moderna: por uma pedagogia de resistência e transformação. In: MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. Tradução Bebel Orofino Schaerfer. São Paulo: Cortez, 1997.

MORAES, M. C.. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. p. 135 a197.

OLIVEIRA, Leunice Martins de. Multiculturalismo e educação intercultural. **La Salle- Revista de Educação, Ciência e Cultura**. v. 13, n.1, jan./jun. 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. O social-histórico e a educação em Castoriadis. In: **Revista Cocar**. V3. N5. Jan/Jun 2009. Belém: EDUEPA, 2009.

OLIVERIA, Ivanilde Apoluceno de. Paulo Freire e a educação intercultural. In: CANDAU, Vera Maria (org). **Diferenças culturais e educação**: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7letras, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Paulo Freire**: Gênese da educação intercultural no Brasil. Curitiba, PR: CRV, 2015.